

# Por uma história do velho ou do envelhecimento no Brasil

*Rodrigo Heleno de Barros\**

*Edmundo de Paula Gomes Junior\*\**

## RESUMO

Uma vez observado a progressão histórica do aumento de pessoas idosas no Brasil, pode-se descrever os fatores que possibilitaram tais aumentos a partir das transformações políticas, econômicas, sociais e culturais verificadas na segunda metade do século XX, em outras palavras, de maneira histórica. Portanto, o presente trabalho tem como objetivo descrever sobre o processo de envelhecimento observado no Brasil. Para a realização dessa pesquisa foram utilizados como referencial teórico alguns conceitos retirados da História Demográfica e da Escola dos Annales, que defende uma perspectiva interdisciplinar na análise e descrição dos fenômenos históricos, juntamente com a revisão da bibliografia específica do envelhecimento.

**Palavras chaves:** Envelhecimento. Velho. História demográfica - Brasil.

## ABSTRACT

Once the historical progression of the observed increase in older people in Brazil can describe the factors that led to such increases from the political, economic, social and cultural changes in the second half of the twentieth century, in other words, so historical. Therefore, this paper aims to describe about the aging process observed in Brazil. To carry out this research were used as theoretical concepts drawn from Demographic History and the Annales school, which advocates an interdisciplinary perspective on the analysis and description of historical phenomena, together with review of the literature specific to aging.

**Keywords:** Aging. Old. Demographic history – Brazil

---

\* Graduado em História pelo Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora – pós-graduando em Mídias na Educação pela Universidade Federal de São João del-Rei. rodrigoheleno@hotmail.com

\*\* Graduado em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Mestre em Educação pela Universidade Federal de Juiz de Fora - Professor do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora. edmunizjunior@bol.com.br

## 1 INTRODUÇÃO

Desde as décadas de 1960, 1970 e 1980, observa-se no Brasil a evolução de um contingente presente na demografia brasileira, mas menosprezado por sua historiografia: a população com idade de 60 anos ou mais. O aumento dessa parcela da população está modificando a afirmação tão disseminada no passado recente de que “o Brasil é um país (em sua maioria) de jovens”.

Para se ter uma idéia da magnitude desse fenômeno, em 1960, o Brasil contava com 4,7% de idosos, em 1970 5%, 6,1% em 1980, em 1991 7,3%, na virada do século XX para o século XXI 8,5%, e conforme o último censo do IBGE o nosso país já conta com 10,7% de idosos. Como se vê um crescimento acelerado, típico de países em vias de desenvolvimento (COUTRIN, 2008, p. 44) e talvez um agravante a mais para os mesmos, pois nos países desenvolvidos, a grosso modo, primeiro foi possível enriquecer e depois envelhecer (GOMES JUNIOR, 2007, p. 18).

Segundo Giatti (2003), o envelhecimento da população é um fenômeno mundial. Nos países desenvolvidos, esse processo se deu lentamente, em uma situação de evolução econômica, de crescimento do nível de bem-estar e redução das desigualdades sociais. Nos anos mais recentes, esse processo ganha maior importância nos países em desenvolvimento, com o aumento acelerado da população de sessenta anos e mais, em relação à população geral. Aumentos de até 300% da população idosa são esperados nesses países, especialmente na América Latina.

A expectativa de vida aumentou vertiginosamente e provavelmente aumentará ainda mais nos próximos anos. Segundo dados da ONU (2002, p. 11, 13) de 1950 a 2000 a população com 60 anos ou mais cresceu três vezes e, até a metade do século atual aumentara mais três vezes. Fato novo desse fenômeno também diz respeito a sua amplitude. Se antes somente os países desenvolvidos tais como Estados Unidos, França, Itália e outros países da Europa contribuíam de forma mais significativa para o aumento de pessoas idosas no mundo, na atualidade são os países em desenvolvimento que mais contribuem para o aumento dessa parcela da população.

No Brasil, o processo é mais complexo na medida em que

crianças pobres e doentes do passado, adultos desempregados no presente, serão os idosos do futuro. Como garantir que essa massa de pessoas pobres chegue bem na terceira idade sendo excluídas, com rendimentos precários e acesso limitado ao serviço de saúde?

O aumento da longevidade representa uma vitória para a humanidade, pois atesta mais uma superação do homem frente aos obstáculos à sua sobrevivência, contudo, o envelhecimento trouxe consigo novas questões. Não por acaso, que já se discute os problemas e desafios gerados por esse novo fenômeno, tais como os relacionados à previdência social, ao trabalho, a assistência a saúde, adaptação dos espaços, aos conflitos de gerações e em última instância, a todas estruturas e níveis de vida em sociedade, pois como atesta Neri (2001, p. 20) a emergência de um novo segmento populacional e comumente acompanhada de uma nova ideologia, da origem a necessidades e oportunidades sociais inéditas, condiciona o estabelecimento de novas políticas e práticas sociais e abre espaço para a criação de novas instituições e organizações sociais. Evidencia-se, assim, que o envelhecimento populacional é um processo social, histórico e cultural cujas consequências não se restringem aos idosos, mas, permeia todas as gerações e, ainda mais, todos os setores da sociedade (SCOTT, 2002, p. 103).

Cientes da problemática que envolve o envelhecimento, desde a antiguidade que as ciências preocupadas com a manutenção da vida, já discorriam sobre a pessoa velha e/ou que envelhecia através da Gerontologia em sua forma mais antiga. Leme (1996, p. 14-18) apresenta textos elaborados no Egito, Oriente Médio, Índia, China, Japão, Grécia e Roma Antiga. Que mesmo não sendo tão elaborados quanto os de hoje, fazem menção a uma possível ciência da velhice ou do envelhecimento, baseados em orientações médicas, mas também, a hábitos de vida. Com o aperfeiçoamento da gerontologia, a partir da segunda metade do século XX, mais precisamente após Segunda Guerra Mundial, o idoso passou a ser estudado em todos os seus aspectos. À noção biológica a cerca do processo de envelhecimento foram acrescentados aspectos sociais (REBOUL, 1973 apud SÁ 1999, p 225), culminando com estudos específicos na área das ciências sociais nos Estados Unidos e na Europa.

É preciso lembrar o fenômeno conhecido como “*baby-boom*”, uma explosão nas taxas de natalidade, especialmente na Europa e nos Estados Unidos, no pós-guerra, entre 1945 e 1960. Porque, em 2025, segundo Zimerman (2000, p. 14) ocorrerá o “*velho-boom*”, as pessoas que nasceram no pós-guerra estarão na faixa que vai dos 65 aos 80 anos, o que, sem dúvida, terá várias conseqüências políticas, econômicas, médicas e sociais.

No Brasil foi a partir da década de 1980 que começaram a surgir com mais frequência, na área das ciências sociais, pesquisas que demonstrassem o crescimento da população idosa brasileira, apontando para importantes transformações por que tem passado esta parcela da população (COUTRIM, 2010, p. 29).

No que concerne aos estudos especificamente históricos, elaborados por historiadores, pouco foi produzido. Em contra partida, além da Geriatria e Gerontologia, existe hoje uma vasta produção nas áreas de Enfermagem, Psicologia, Medicina, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Educação Física, o que pressupõe o desinteresse ou desatenção em relação a esse novo fenômeno na história do homem por parte da historiografia nacional.

Não estariam os historiadores e historiadoras muito desatentos para esse novo fenômeno na história da humanidade? Não deveriam questionar os aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais dessa vida que envelhece e/ou envelheceu de maneira histórica? Afinal como afirma Mercadante (1996, p. 74) “sempre se é velho num determinado lugar e num determinado tempo histórico”. Para tanto, a História Demográfica poderia servir como um instrumento de análise desse processo em curso no Brasil desde 1960 e que até então não despertou maiores interesses por parte dos historiadores.

No Brasil, os estudos sobre envelhecimento e o velho têm sido concentrados em teses, principalmente nas áreas de Sociologia, Antropologia, Psicologia e Serviço Social. Entretanto, a área educativo-pedagógica, bem como objetivos e motivações da clientela que busca as instituições educacionais, parecem não ter recebido a devida atenção dos pesquisadores (FRUTUOSO, 1999).

Em Juiz de Fora, encontramos o livro **Psicologia: interfaces com a educação e a saúde** (2005), organizado por Márcia Maria

Peruzzi Elia da Mota, com um artigo de Neide Cordeiro de Magalhães, *As máscaras do poder na representação social do idoso de Juiz de Fora*, em que a autora cita dados sobre a população idosa da cidade, conceitos e metodologia da Teoria das Representações Sociais, elaborando uma análise de algumas instituições que cuidam da população idosa e questionando os programas para a “terceira idade”.

Também existem alguns trabalhos específicos nas Faculdades de Educação Física e de Serviço Social e outras faculdades articuladas no Pólo Interdisciplinar de Estudos de Envelhecimento da Universidade Federal de Juiz de Fora. A prefeitura de Juiz de Fora, através da Associação Municipal de Apoio Comunitário (AMAC), realizou, junto com o Conselho Municipal do Idoso o I Seminário Municipal - O Idoso em Juiz de Fora - em setembro de 2005, do qual participamos representando o Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora, PPGE - UFJF. Nessa oportunidade, discutimos dadas, situação social do idoso na cidade, perspectivas, estratégias e políticas públicas, para atender as crescentes demandas deste segmento.

Não encontramos nada a respeito do tema idoso e o envelhecer na biblioteca do curso de Pedagogia da UFJF e no PPGE. Este fato perturbou-nos, pois, como a Educação compreende tal fenômeno? Como a Educação enquanto prática pode contribuir para enfrentarmos novos desafios? Como educadores, alunos, coordenadores da escola trabalham ou não a questão? A escola percebe as recentes transformações demográficas no Brasil? A partir da compreensão destas questões, seria interessante refletir, debater e criar possibilidades de intervenção já definidas na Política Nacional do Idoso e no Estatuto do Idoso, pois pensamos que o ato político-pedagógico de ensinar e aprender só faz sentido construindo-se a perspectiva de transformação e de interferência na realidade concreta e subjetiva dos sujeitos envolvidos.

Por seu curso, Kalache (2006) afirma que as políticas públicas de intervenção só podem ser elaboradas e efetivadas a partir de dados de pesquisas do meio acadêmico, fato que confirma a relevância do tema.

## **2 HISTÓRIA DEMOGRÁFICA E ENVELHECIMENTO**

O termo “demografia histórica” parece ter sido utilizado pela

primeira vez em 1933, por J. Bourdon, no VII Congresso Internacional das Ciências Históricas. A expressão era sinônima da história das populações (DUPÂQUIER, 1993, p. 215, 217).

Inventada por demógrafos, a nova disciplina logo seduziu os historiadores que logo começaram a inserir em suas pesquisas dados demográficos oriundos dos arquivos paroquiais, em sua maioria.

A partir da segunda metade de 1940 a demografia histórica se constitui em disciplina autônoma, com estudos delimitados. Mas foi somente em 1960, na Inglaterra que o chamado Grupo *de Cambridge* desenvolveu uma metodologia específica basicamente quantitativa e abrangendo um grande número de regiões, com o intuito de padronizar as informações e torná-las comparáveis entre si, contemplando largos períodos de tempo e lugares diferentes. Principalmente nos estudos a cerca das famílias – História da Família (FARIA, 1997, p. 245-246).

Desde a modernidade<sup>1</sup> que a Igreja Católica passou a produzir uma vasta documentação, antes inexistente, que se tornou a base das primeiras pesquisas demográficas (FARIA, 1997, p. 242). Na contemporaneidade dispõe-se de dados recenseados por outras instituições.

Segundo Barros (2004, 26) a “História Demográfica” é uma disciplina que enfatiza o estudo de tudo aquilo que se refere mais ou menos à população: suas variações quantitativas, o crescimento e declínio populacional, os movimentos migratórios e assim por diante. Desta forma, é a noção de população, com tudo que ela implica.

De acordo com Dupâquier (1993) a história demográfica, desde o seu nascimento, definiu-se menos por seu objeto (a população do passado) do que por suas fontes (em primeiro lugar registros paroquiais, em seguida relações de impostos, atos notariados etc.) e por seus métodos (microanálise longitudinal<sup>2</sup>).

Com a aplicação da demografia a história tornou-se social e popular, contribuindo para uma nova forma de identificação e representação dos sujeitos históricos. Sendo essa forma ao mesmo tempo mais nova, mais rica e também mais certa (DUPÂQUIER, 1993).

---

1 A uniformização dos registros das alianças matrimoniais por parte da Igreja Católica estava presente desde o IV Concílio de Latrão em 1215, mas não eram efetivados na prática (FARIA, 1997, p. 243).

2 Cada acontecimento é relacionado não mais com a população presente, mas com um acontecimento anterior (DUPÂQUIER, 1993, p. 216).

Para a história demográfica, assim como para as demais dimensões da história<sup>3</sup>, a interdisciplinaridade faz-se obrigatória, tal como propõe a Escola do Annales<sup>4</sup>. Para que seja possível a elaboração de um trabalho, faz-se necessária a inter-relação de todas as fontes disponíveis, principalmente as que até então foram negligenciadas pela historiografia, tais como as das ciências médicas e/ou biológicas, por exemplo. Ou seja, o recurso a outras fontes que não sejam as do estado civil, fecundidade, mortalidade e assim por diante (DUPÂQUIER, 1993).

De acordo com Ozella (2003), a pesquisa é, sem dúvida alguma, uma fonte de produção de conhecimento que reflete sobre a formação do pesquisador. Porém, ele alerta que esta não se dá apenas através da epistemologia e/ou da metodologia conforme demonstrou a Filosofia da Ciência, originada do Positivismo, que renunciou ao inquérito a respeito do sujeito conhecedor, perdeu a visão sobre a experiência direta do sujeito conhecedor no momento em que a epistemologia foi reduzida à metodologia. Nesta perspectiva, ela contribui para o escamoteamento tanto do sujeito do pesquisador, quanto daquele contribuinte da pesquisa, quando ambos, numa abordagem qualitativa, enquanto participantes, são ativos na produção do conhecimento.

A respeito da introdução dessas novas fontes para o processo de elaboração do saber histórico, Burguière (1974) relata que o historiador demógrafo, e não somente ele, recusou-se algumas vezes a reconhecer nos fenômenos históricos demográficos a marca das contradições sociais, pelo seguinte motivo: a recusa de integrar os fatos biológicos no discurso histórico.

Portanto, os dados a cerca da vida biológica do homem (saúde, por exemplo) fornece um importante recurso para o entendimento da vida social, que até então só eram explicados através de documentos de ordem política e/ou econômica, testemunhos literários ou simplesmente

---

3 Observa-se hoje uma imensidão de sub-especialidades dentro da história: história econômica, história política, história cultural entre outras. Mas na verdade, não existem fatos que sejam exclusivamente econômicos, políticos ou culturais. Todas as dimensões da realidade social interagem-se, ou sequer inexistem como dimensões separadas (BARROS, 2004, p. 22).

4 Desde a fundação da Revista Annales em 1929 na França, com o intuito de para promover a história econômica e social, que se iniciam contatos interdisciplinares no seio das ciências sociais (BURGUIÈRE, 1974, p. 49). A revista que tem hoje mais de sessenta anos, promoveu uma nova transformação na historiografia, e cuja corrente é denominada História dos Annales, continua a encorajar inovações na atualidade (BURKE, 1997, p. 17).

íntimos (BURGUIÉRE, 1974).

Assim, para que seja possível relacionar dados referentes à fecundidade, natalidade, mortalidade entre outros, a história demográfica teve que se aperfeiçoar, pois o número tomado isoladamente não tem grande importância para o historiador, a não ser quando ele pode ser contextualizá-lo, produzir a partir dele inferências socioculturais, conectá-lo a outras informações e estabelecer hipóteses para a compreensão de uma sociedade (BARROS, 2004).

Ou como afirma Barros (2004) o historiador que pretende fazer uma história que não seja simplesmente informativa ou descritiva, mas também problematizada, certamente encontrará caminhos para estabelecer conexões entre informações numéricas ou padronizadas e as inferências sociais e culturais.

Portanto, através da utilização de dados estatísticos, mas também econômicos, políticos, sociais e culturais, pretendem-se explicar o que é incomensurável, os comportamentos de base, o que não foi confessado pelas fontes tradicionais (BURGUIÉRE, 1974), o processo de envelhecimento segundo uma visão histórica, isto é, a par das transformações econômicas, políticas, sociais e culturais.

### **3 ENVELHECIMENTO E HISTÓRIA NO BRASIL**

Até pouco tempo atrás o Brasil era um país proporcionalmente muito jovem, e o envelhecimento correspondia a um fenômeno típico de países desenvolvidos. No entanto essa realidade está se transformando, devido às grandes mudanças demográficas do Brasil.

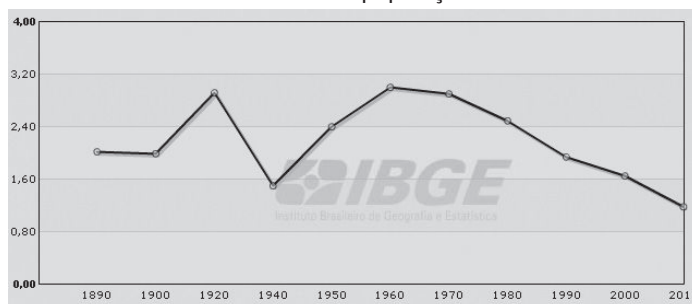
Conforme demonstra o gráfico 1, entre os anos 1940 e 1960 a população brasileira, experimenta um grande aumento do seu ritmo de crescimento anual. E a partir de 1960 o ritmo anual de crescimento populacional começa a desacelerar (BERQUÓ, 1999). No ano de 1940 observa-se a média de crescimento anual de 1,49%, 2,39% em 1950 e 2,99% em 1960. A partir do ano de 1970 inicia-se o declínio das taxas de crescimento anual da população<sup>5</sup>, no respectivo ano a média é de 2,89%, 2,80% em 1980, 1,93% em 1990, 1,64% em 2000 e 1,17 em 2010.

---

<sup>5</sup> Incremento médio da população correspondente a duas datas sucessivas (IBGE, 2006, p. 124).



Gráfico 1: Taxa de crescimento anual da população entre os anos 1890-2010.



Fonte: Directoria Geral de Estatística, [1890] -1930, Recenseamento do Brasil 1872-1920; IBGE, Censo Demográfico 1940-2010. Até 1980, dados extraídos de Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. vol. 54, 1994.<sup>6</sup>

O aumento das taxas de crescimento anual da população (1940-1960) decorre da introdução de tecnologia importada (vacinas, antibióticos, remédios, aparelhagem, entre outros) que reduziram drasticamente a mortalidade das doenças infectocontagiosas tornando “possível curar-se e sobreviver, por exemplo, de tuberculose, mesmo morando em condições subumanas (favelas, cortiços) e recebendo salários que não conseguem garantir as necessidades básicas de alimentação, vestuário e moradia”. (PASCHOAL, 1996, p. 33.).

Segundo Kalache, Veras e Ramos (1987, p. 206), até a década de 1930,

[...] quase a metade das mortes ocorridas foi causada por doenças infecciosas e parasitárias. Em 1980, tais doenças foram responsáveis por pouco mais que 10% das mortes, praticamente a mesma percentagem de mortes causadas por doenças respiratórias ou por câncer. O grupo integrado por doenças cardiovasculares passou a primeiro lugar, tendo sido responsável por um terço das mortes no Brasil em 1980.

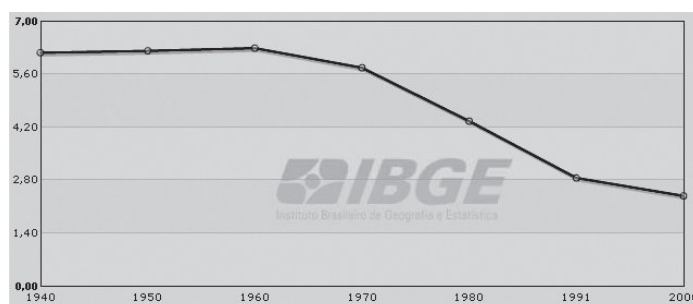
Para Berquó (1999), o responsável pela redução do crescimento populacional (1960 em diante) foi à queda das taxas de fecundidade<sup>7</sup>.

6 Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=CD106&sv=33&t=taxa-media-geometrica-de-crescimento-anual-da-populacao>>. Acesso em: 03 out. 2001.

7 Corresponde ao número médio de filhos que uma mulher teria ao término do seu período reprodutivo em um ano (CARVALHO; RODRIGUES; SAWYER, 1998, p. 22).

De acordo com o gráfico 2, as taxas de fecundidade mantiveram-se em crescimento nas décadas 1940, 1950 a 1960: 6,16; 6,21; e 6,28 filhos por mulher respectivamente. Iniciando nas décadas seguintes sucessivos declínios: em 1970 5,76; em 1980 4,35; em 1991 2,85; e em 2000 2,38 filhos por mulher.

Gráfico 2: Taxa de fecundidade total 1940-2000



Fonte: IBGE, Censo Demográfico. Tabela extraída de: 1. Até 1980: Estatísticas do Século XX no Anuário Estatístico do Brasil, 1985, vol. 46, 1985; 2. Até 2000: Tendências demográficas: uma análise dos resultados do Censo demográfico 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. P. 83<sup>8</sup>.

A queda das taxas de fecundidade, que tiveram início nos 1970 e não pararam mais de cair desde então, podem ser associadas à introdução e difusão dos métodos contraceptivos orais no Brasil (IBGE, 2008) juntamente com o início da urbanização e industrialização entre as décadas de 1950/60, pois como argumenta Paschoal (1996) citado por Ramos (1993) e Veras (1994), com a urbanização e a industrialização das cidades as pessoas teriam mais acesso à educação, a saúde e aos programas de planejamento familiar. Esses dois processos por sua vez teriam incorporado as mulheres à força de trabalho nas sociedades modernas, reduzindo a disponibilidade para o cuidado dos filhos. Além disso, as condições de moradia e trabalho, (casas menores e muitas vezes longe dos locais de trabalho) faz com que as famílias tendam a ser menores, até por uma questão de sobrevivência e competitividade no mercado de trabalho.

A diminuição da fecundidade acarretou uma nova mudança na

8 Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP264&sv=36&t=taxa-de-fecundidade-total>>. Acesso em: 03 out. 2011.

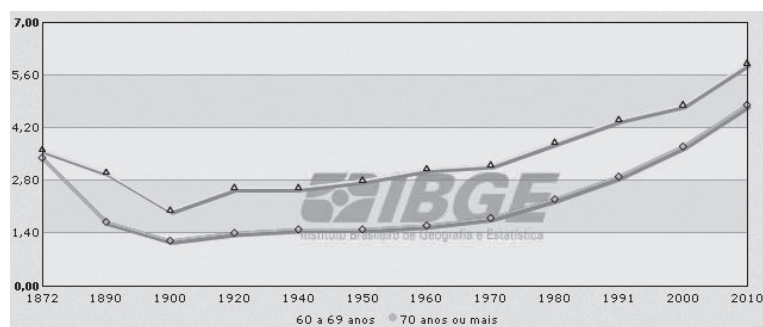
estrutura da sociedade brasileira: o envelhecimento populacional, em outras palavras o aumento da proporção de idosos. No caso do Brasil, reflexo do aumento de nascimentos entre os anos 1940 a 1960 e da diminuição da mortalidade a partir dos anos 1940, seguido da redução da fecundidade iniciada nos anos 1960. Tal como explica os autores:

[...] para que uma população envelheça é necessário primeiro que nasçam muitas crianças, segundo que as mesmas sobrevivam até idades avançadas e que, simultaneamente, o número de nascimentos diminua. Com isso a entrada de jovens na população decresce, e a proporção daqueles que sobreviveram até idades mais avançadas passa a crescer. (KALACHE; RAMOS; VERAS, 1987, P. 206).

E ao contrário do que sugere o senso comum é com o declínio sustentado das taxas de fecundidade que se dá início ao processo de envelhecimento de uma população. Com o declínio da fecundidade, o ritmo de crescimento anual do número de nascimento passa, imediatamente, a cair, fazendo com que se inicie um processo contínuo de estreitamento da base da pirâmide da população (CARVALHO; GARCIA, 2003).

O gráfico abaixo apresenta a evolução da proporção de idosos no Brasil entre os anos 1872 e 2010.

Gráfico 3: População por grupo de idade 60-69 anos e 70 anos ou mais



Fonte: Directoria Geral de Estatística, [1872] - 1930 Recenseamento do Brasil 1872-1920; IBGE Censo demográfico 1940-2010. Até 1991, dados extraídos de: Estatísticas do Século XX. Rio de Janeiro: IBGE, 2007 no Anuário Estatístico do Brasil 1994. Rio de Janeiro: IBGE, vol.54, 1994<sup>9</sup>.

9 Disponível em: <<http://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?vcodigo=POP264&sv=36&t=taxa-de-fecundidade-total>>. Acesso em: 03 out. 2011.

Conforme o gráfico anterior, até a década de 1950 observa-se grandes variações das taxas de crescimento da população idosa no Brasil, estabilizando-se somente a partir da década de 1950 e apresentando grandes aumentos nos anos 1970 em diante.

Utilizando ainda o gráfico 3, observamos que no ano de 1991 o Brasil entra para o grupo de países com perspectivas de se tornar envelhecido, no referido ano as pessoas com idade igual ou maior que 60 anos correspondia a 7,3% do total da população. E nos anos seguintes, confirmou essa tendência, ao atingir a marca de 8,5% em 2000 e 10,7% de idosos em 2010<sup>10</sup>.

Considerando a continuidade das tendências de envelhecimento, estima-se para a próxima década – 2020, portanto – quase 13% de idosos podendo exceder 30 milhões de pessoas (IBGE, 2002).

Assim como observado nos países desenvolvidos, nos países menos desenvolvidos também ocorreram transformações econômicas e sociais devido ao grande *Boom* econômico da *Era de Ouro do capitalismo* (HOBSBAWM, 1995, p. 253-264). No caso do Brasil entre os anos de 1950 e 1964, essas transformações são percebidas sob a óptica das mudanças nas estruturas urbana e industrial do país (FAUSTO, 1997).

No início de década de 1950, o governo promoveu várias medidas destinadas a incentivar o desenvolvimento econômico, com ênfase na industrialização, assim como no setor de transportes e de energia, e em 1952 (durante o governo Vargas – 1951-1954) a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) destinado a acelerar o processo de diversificação industrial no país (FAUSTO, 1997).

Independente das dificuldades econômicas<sup>11</sup> vividas no Brasil nesse início de processo de industrialização, durante o governo de Juscelino Kubitschek (1956-1960) também ocorre uma intensa modificação na indústria brasileira.

A política econômica desenvolvida pelo governo JK, através do Programas de Meta<sup>12</sup> e com a ajuda do capital estrangeiro, o país

---

10 Conforme a **Organização Mundial de Saúde**, o conceito de população envelhecida, refere-se aquela, cuja proporção de pessoas com idade de 60 anos ou mais alcance 7% da população total, com tendência a crescer. (OMS, 1984 apud PASCHOAL, 1996, p. 27.).

11 Desde o governo Dutra que o Brasil enfrenta altas taxas de inflação, dificultando o desenvolvimento econômico do país (FAUSTO, 1997, p. 403- 410).

12 Segundo Fausto (1997, p. 425), o programa de Metas definia a política econômica do Governo Juscelino, abrangendo 31 objetivos, distribuídos em seis grandes grupos: energia, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção de Brasília.

conseguiu dar mais uma alavancada na indústria,<sup>13</sup> aumentando a produção e o PIB. Os cinco anos do governo JK são lembrados pelos brasileiros como um período de otimismo e grandes realizações, cujo maior exemplo foi à construção de Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960 (FAUSTO, 1997).

E no governo de João Goulart (1961-1964) observa-se as consequências do rápido desenvolvimento da indústria: um rápido processo de urbanização do país, aproximando cada vez mais campo e cidade (FAUSTO, 1997).

Desse modo, pode-se concluir que o processo de industrialização ocorrido a partir da década de 1950 ampliou as oportunidades de empregos, empurrando a população do campo para as cidades, colaborando para o processo de urbanização das mesmas (FAUSTO, 1997). Isso por sua vez (a industrialização juntamente com a urbanização), teria contribuído para o início das quedas das taxas de fecundidade, tal como propõe Paschoal (1996).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Como foi possível observar o envelhecimento da população brasileira é um fenômeno novo, iniciado na década de 1991 quando atingiu o número mínimo de pessoas idosas, tal como estabelece a OMS (OMS, 1984 apud PASCHOAL, 1996, p. 27).

Contudo, esse fenômeno não se explica simplesmente a partir do aumento da expectativa de vida. Antes, corresponde a declínios contínuos das taxas de fecundidade, que diminuiu a proporção de jovens em relação à população total, reflexo direto e/ou indireto de novas formas de organização política, econômica, social e cultural que podem ser descritas e analisadas historicamente, pois as pessoas idosas de hoje correspondem às nascidas, pelo menos, na década de 1950.

Embora o envelhecimento não possa ser resumido a partir do aumento da expectativa de vida e ainda exista uma duração máxima da vida humana, uma vez que em países que já atingiram desenvolvimento elevado de bem-estar-social a expectativa de vida de homens e mulheres tenha aumentado muito pouco nos últimos 130 anos (NERI, 2001) a era de homens e mulheres centenários pode ainda estar por vir. Inclusive

---

13 O governo JK ficou é associado à instalação da indústria automobilística (FAUSTO, 1997, p. 427).

nos países em desenvolvimento. Isto por que o segmento da população que mais cresce é o da população idosa, alterando a composição interna do próprio grupo. As pessoas com idade igual ou maior que 75 anos cresceu 49,3% entre os anos de 1991 e 2000. (IBGE, 2002).

No que tange magnitude deste processo, o rápido envelhecimento da população brasileira revela ainda os desafios para implantação e manutenção de recursos capazes de garantir o mínimo de bem estar desse novo segmento que se expande no cenário nacional. E um desses grandes desafios é a feminização do processo de envelhecimento da população brasileira, que apesar de não ser o tema específico do nosso artigo deve ser mencionado.

De acordo com Néri (2001), no sentido sóciodemográfico, o fenômeno da feminização está associado aos seguintes aspectos: maior presença relativa de mulheres na população idosa, maior longevidade das mulheres em comparação com os homens, crescimento relativo do número de mulheres que fazem parte da população economicamente ativa, crescimento relativo no número de mulheres que são chefes de família. Do ponto de vista médico-social, a feminização da velhice significa mais risco do que vantagem, uma vez que as mulheres são física e socialmente mais frágeis do que os homens. Os idosos de modo geral e as idosas, explicitando a referida fragilidade, em particular são objeto de um discurso ambíguo das instituições sociais e do Estado brasileiro, que ora os protege, ora os aponta como causadores dos males que afligem os sistemas públicos de saúde e de Previdência. A presença desse discurso contribui para a deterioração das condições de vida das **idosas**<sup>14</sup>, que, em comparação com os idosos, tendem a ser mais pobres, mais doentes e mais solitárias. Os censos de 1970, 1980 e 1989 revelaram que a proporção de mulheres de mais de 65 anos que vivem sozinhas cresceu de 9,4% para 13% e para 14,5%. Além disso, os salários masculinos ainda são 42% maiores que os femininos, segundo Censo 2010. A média salarial as mulheres é de R\$ 984, e a masculina, R\$ 1.395 (GOMES, 2011).

Portanto, cabe a nós, não apenas historiadores e historiadoras, e sim a todos educadores estarmos atentos a esse novo fenômeno na história da humanidade para podermos contribuir para a compreensão das novas formas de manifestações da vida humana. Assim como para

---

14 Grifo nosso.

elaboração de conteúdos e propostas viáveis aos problemas referentes ao processo de envelhecimento. Como o Estatuto do Idoso no Capítulo V - Da Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Artigo 22, estabelece que nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal sejam inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria (2003, p. 17-18), devemos ao menos, transformá-lo em instrumento, bem como a temática desse artigo, e motivar a reflexão e crítica dos nossos alunos e alunas sobre as pessoas que envelhecem e/ou envelhecerão, ou seja, cada um de nós. Que na verdade são e/ou serão os futuros velhos e velhas de nossas cidades. Isso deve ser feito para que enfim a velhice não seja um choque que nos chegue primeiro pelos olhos do outro (MOTTA, 1998 apud GUSMÃO, 2001, p. 128) e para que o velho possa ser parte integrante das relações sociais, dispondo de um lugar e um papel que diga de si e diga de sua experiência consolidada pela maturidade<sup>15</sup> (GUSMÃO, 2001).

#### REFERÊNCIAS

- BARROS, José D'Assunção. Os campos da história: uma introdução às especialidades da história. **Revista HISTEDBR**, Campinas, n.16, p. 17-35, dez. 2004. Disponível em: <[http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3\\_16.pdf](http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/revis/revis16/art3_16.pdf)>. Acesso em: 07 mar. 2012.
- BERQUÓ, Elza. Considerações sobre o envelhecimento da população no Brasil. In: DERBERT, Guita Grin; NERI, Anita Liberalesso (Orgs.). **Velhice e sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. p. 11-40.
- BRASIL. **Estatuto do Idoso**: lei federal nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2004.
- BURGUIÈRE, André. A demografia. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. **História**: novas abordagens. 4. ed. Tradução de Henrique Mesquita. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1974. p. 59-82.
- BURKE, Peter. **A Escola dos Annales – 1929-1989**: a revolução francesa da historiografia. São Paulo: UNESP, 1997.

<sup>15</sup> Maturidade parece resultar das experiências vividas como aprendizagem individual e coletiva, como processo de interação em que nossa vontade é uma entre muitas, mas que não se reduz a isso; envolve muitas outras coisas, compromisso consigo mesmo e para com o próximo (GUSMAO, 2001, p. 136).

CARVALHO, José Alberto de; GARCIA, Ricardo Alexandrino. O envelhecimento da população Brasileira: um enfoque demográfico. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 725-733, maio/jun. 2003.

CARVALHO, José Alberto Magno; RODRIGUES, Roberto do Nascimento; SAWYER, Diana Oya. **Introdução a alguns conceitos básicos e medidas em demografia**. 2. ed. São Paulo: ABEP, 1998

COUTRIM, Rosa Maria da Exaltação. **A velhice invisível**: o cotidiano de idosos que trabalham nas ruas de Belo Horizonte. São Paulo: Annablume, 2010.

DUPÂQUIER, Jacques. Demografia histórica. In: BURGUIÈRE, André. **Dicionário das ciências históricas**. Tradução de Henrique de Araujo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 215-221.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 5. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

FARIA, Sheila de Castro. História da família e demografia histórica. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história**: Ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997. p. 241-258.

FRUTUOSO, Dina. **A Terceira Idade na Universidade**. Rio de Janeiro: Ágora da Ilha, 1999.

GIATTI, Luana; BARRETO, Sandhi M. Saúde, Trabalho e Envelhecimento. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 3, p. 759-773, maio/jun. 2003.

GOMES, Alessandra Soares Muniz. Confirma dados relativos às mulheres no Censo: Apesar de maior estudo e responsabilidades, persiste desigualdade salarial. **Jornal Mulier**, UFSC n. 95, p. 3, 2011.

GOMES JUNIOR, Edmundo de Paula. **Pedagogia da idade** – o discurso e o envelhecimento no ambiente escolar. 2007. 142 s. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. A maturidade e a velhice: um olhar antropológico. In: NERI, Anita Liberalesso (Org.). **Desenvolvimento e**



**envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 113-139.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos extremos:** o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INDICADORES sociodemográficos: perspectivas para o Brasil 1991-2030. Publicação do Instituto Brasileiro de Geografia – **IBGE**. São Paulo: Arbeit, 2006. Disponível em: <[http://www.unfpa.org.br/Arquivos/PDS\\_Sociodemographic\\_indicators.pdf](http://www.unfpa.org.br/Arquivos/PDS_Sociodemographic_indicators.pdf)>. Acesso em: 05 maio 2012.

KALACHE, Alexandre; VERAS, Renato P.; RAMOS, Luiz Roberto. O envelhecimento da população mundial: um desafio novo. **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 200-210, jun. 1987. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsp/v21n3/05.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2011.

KALACHE, Alexandre. Roda Viva – Jornalismo/ Entrevistas. DVD 80min. NTSC full screen. Cultura Marcas, 2006.

LEME, Luiz Eugenio Garcez. A gerontologia e o problema do envelhecimento: Visão histórica. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visão globalizante. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 13-25..

MERCADANTE, Elisabeth. Aspectos antropológicos do envelhecimento. In: PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia:** a velhice e o envelhecimento em visão globalizante. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 73-76.

NERI, Anita Liberalesso. Paradigmas contemporâneos sobre envelhecimento humano em psicologia e em sociologia. In: \_\_\_\_\_ (Org.). **Desenvolvimento e envelhecimento:** perspectivas biológicas, psicológicas e sociológicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 2008. p. 11-37.

NÉRI, Anita Liberalesso. **Palavras-chave em Gerontologia**. Campinas: Alínea, 2001.

OZELLA, Sérgio; SANCHEZ, Sandra G. Breve Histórico do desenvolvimento da pesquisa na perspectiva sócio-histórica na PUC-SP. In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça M.; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia Sócio-Histórica** – uma perspectiva crítica em psicologia. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

PASCHOAL, Sérgio Márcio Pacheco. Epidemiologia do envelhecimento. In. PAPALÉO NETTO, Matheus (Org.). **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizante**. São Paulo: Atheneu, 1996. p. 26-43.

PERFIL dos idosos responsáveis pelos domicílios no Brasil: 2000. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – **IBGE**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/perfilidoso/perfidosos2000.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2011.

SÁ, Jeanete Liasch Martins de. Gerontologia e interdisciplinaridade: fundamentos epistemológicos. In: DEBERT, Guita Grin; NERI, Anita Liberalesco (Orgs.). **Velhice e Sociedade**. Campinas: Papirus, 1999. p. 223-232.

SCOTT, Russel Parry. Envelhecimento e Juventude no Japão e no Brasil: idosos, jovens e a problematização da saúde reprodutiva no Brasil. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza; COIMBRA JR, Carlos E. A (Orgs.). **Antropologia, saúde e envelhecimento**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2002. p. 103-127.

WORLD Population Ageing: 1950-2050. **Organizações das Nações Unidas**. Nova York: United Nations Publications, 2002. Disponível em: <<http://www.un.org/esa/population/publications/worldageing19502050/index.htm>>. Acesso em: 21. set. 2011.

ZIMMERMAN, Guita I. **Velhice, aspectos biopsicossociais**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

**Artigo recebido em: 08/3/2013**  
**Aceito para publicação em: 22/07/2013**